

Artigo 9.º**Funcionamento da comissão executiva**

1 — A comissão executiva reunirá ordinariamente com periodicidade trimestral, podendo, no entanto, ser convocada pelo presidente para reuniões extraordinárias, com a antecedência mínima de oito dias.

2 — Nas reuniões da comissão executiva devem estar presentes pelo menos 50% dos membros que nela possam participar.

Artigo 10.º**Constituição dos conselhos científicos e tecnológicos departamentais**

1 — Haverá um conselho científico e tecnológico departamental do CRAF em cada departamento ou núcleo autónomo, definido por despacho do presidente do LNETI, desde que possua pelo menos 10 funcionários ou agentes da carreira de investigação.

2 — Quando os departamentos ou núcleos autónomos não possuam o número mínimo de elementos da carreira de investigação referido no número anterior, serão agrupados, por despacho do presidente, a outros departamentos da mesma área científica e tecnológica.

3 — O conselho científico e tecnológico departamental é constituído por todos os investigadores e pelo director do departamento, ou responsável pelo núcleo autónomo, que presidirá, com voto de qualidade, e indicará um investigador de grau mais elevado para o substituir nas suas faltas ou impedimentos.

4 — No caso do agrupamento referido na parte final do n.º 2, o presidente do conselho científico e tecnológico departamental será o director de um dos departamentos agrupados para o efeito, nomeado pelo presidente do LNETI.

Artigo 11.º**Competência dos conselhos científicos e tecnológicos departamentais**

1 — Os conselhos científicos e tecnológicos departamentais são responsáveis pela planificação, coordenação, acompanhamento e avaliação dos estagiários e assistentes de investigação pertencentes ao respectivo departamento ou núcleo autónomo.

2 — Relativamente aos estagiários de investigação, o conselho científico e tecnológico departamental deverá:

- a) Propor à comissão executiva, no prazo máximo de um mês após a tomada de posse na categoria, os orientadores para as actividades de cada estagiário, devendo os respectivos chefes de serviço ou de projecto ser um dos orientadores;
- b) Promover que, num prazo máximo de três meses, esteja elaborado um plano de actividades de formação de cada estagiário;
- c) Confirmar o cumprimento do programa de formação do estagiário de investigação, assegurando que lhe sejam facultados os meios para cabal cumprimento do respectivo plano de formação;
- d) Apreciar e emitir parecer sobre os relatórios de actividades dos estagiários de investigação em regime de dedicação exclusiva;
- e) Elaborar a proposta de nomeação do júri referido no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 68/88, a qual será apresentada à direcção do LNETI depois de ratificada pela comissão executiva do CRAF.

3 — Relativamente aos assistentes de investigação, os conselhos científicos e tecnológicos departamentais deverão:

- a) Designar e propor à comissão executiva, no prazo máximo de um mês após a tomada de posse, os orientadores para as actividades de cada assistente de investigação, ouvido o interessado e os responsáveis dos projectos em que aquele se integre. Estes orientadores serão investigadores do LNETI ou, quando for julgado conveniente, investigadores, professores do ensino universitário ou doutores da mesma área científica;
- b) Propor à comissão executiva, no prazo máximo de três meses após a tomada de posse, um plano de actividades para cada assistente de investigação, definindo o domínio da especialização e o *curriculum* que o assistente de investigação necessita adquirir para se tornar especializado nesse domínio, possibilitando a dispensa da prova complementar de acesso à categoria de investigador auxiliar;
- c) Acompanhar as actividades dos assistentes de investigação, assegurando o cumprimento do seu programa de formação, para efeitos do n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 68/88;

- d) Promover, para cada assistente de investigação com mais de um e menos de três anos nesta categoria, a elaboração do respectivo plano de tese;
- e) Emitir parecer, nos casos em que lhes for solicitado pela comissão executiva, sobre os *curricula* dos candidatos nos concursos de provas públicas para a categoria de investigador auxiliar nas áreas científicas integradas no respectivo departamento, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 68/88;
- f) Propor as áreas científicas adequadas para acesso à categoria de investigador auxiliar do respectivo departamento, nos termos do artigo 7.º e da alínea c) do n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 68/88, bem como dos candidatos à categoria de investigador principal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do mesmo diploma;
- g) Emitir parecer sobre os relatórios de actividades dos assistentes de investigação em regime de dedicação exclusiva;
- h) Propor à comissão executiva, quando for caso disso, a prova complementar de acesso à categoria de investigador auxiliar referida no n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 68/88;
- i) Elaborar a proposta de nomeação do júri referido no n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 68/88, a qual será apresentada à direcção do LNETI depois de ratificada pela comissão executiva do CRAF;
- j) Propor à comissão executiva a realização dos acordos referidos na alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º desta portaria.

Artigo 12.º**Funcionamento dos conselhos científicos e tecnológicos departamentais**

1 — As reuniões dos conselhos científicos e tecnológicos departamentais serão convocadas pelos respectivos directores de departamento ou responsáveis pelos núcleos autónomos, com a antecedência mínima de oito dias.

2 — Cada conselho científico e tecnológico departamental terá uma reunião ordinária trimestral, podendo, no entanto, ser convocado pelo director do departamento para reuniões extraordinárias.

3 — Para que a reunião do conselho científico e tecnológico departamental possa ter lugar é necessária a presença do director do departamento ou responsável do núcleo autónomo e a maioria simples dos seus membros.

4 — Para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo anterior deverá também estar presente o respectivo orientador, sem direito a voto.

5 — Os estagiários e assistentes de investigação poderão ser chamados a participar nas reuniões do conselho científico e tecnológico departamental que lhes diga respeito, sem direito a voto.

6 — As reuniões serão secretariadas por um secretário, nomeado pelo director do departamento ou responsável do núcleo autónomo, que a elas assistirá, sem direito a voto.

Artigo 13.º**Actividades de formação**

1 — As actividades de formação dos assistentes e estagiários de investigação terão como objectivo formar investigadores altamente qualificados nas áreas de actividade do LNETI, no âmbito dos programas de investigação e desenvolvimento tecnológico para os sectores industrial e energético, em ordem à prossecução das atribuições cometidas à instituição, em articulação com a política científica e tecnológica nacional.

2 — As actividades de formação dos assistentes e estagiários de investigação integram-se nos programas de formação de cada área científica e tecnológica, podendo haver programas que abranjam dois ou mais departamentos.

3 — Os programas de formação referidos no número anterior subdividem-se em acções com prazos de execução variável.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PESCA E ALIMENTAÇÃO****Portaria n.º 605/90****de 1 de Agosto**

A área vitícola nacional tem vindo a registar nos últimos anos uma significativa redução, devida não só

ao arranque não subsidiado de grande número de parcelas, em consequência, fundamentalmente, de a sua reduzida dimensão não proporcionar uma exploração em termos económicos, como ainda à interdição que se tem imposto relativamente a novas plantações, mesmo em regiões produtoras de vinhos de qualidade.

Por outro lado, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, verificou-se uma modificação no quadro legislativo do sector que se traduz, entre outros aspectos, pelo maior rigor na definição e selecção dos vinhos de qualidade, não só nas regiões já tradicionalmente consideradas vocacionadas para a sua produção, como ainda pela delimitação de novas regiões aptas à sua produção.

Tais motivos obrigam a que sejam tomadas medidas que reponham parcialmente o potencial vitivinícola nacional, agora orientado para a produção de vinhos de qualidade, exclusivamente em regiões e terrenos para tal vocacionados e em parcelas que permitam uma exploração económica.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 513-D/79, de 24 de Dezembro, ouvida a Comissão Especializada para a Vinha do Conselho Consultivo do Instituto da Vinha e do Vinho, relativamente à plantação de vinhas novas para a produção exclusiva de vinhos com denominação de origem, o seguinte:

1.º É autorizado o Instituto da Vinha e do Vinho a emitir licenças de plantação de vinhas destinadas à produção de vinhos de qualidade, enquadráveis na categoria de vinhos de qualidade produzidos em região determinada (VQPRD) da nomenclatura comunitária.

2.º As regiões susceptíveis de beneficiarem de tais autorizações são apenas as zonas vitícolas aptas à produção de vinho com direito a denominação de origem e com estatuto devidamente aprovado.

3.º As plantações deverão obedecer a condições gerais e especiais definidas na legislação, devendo, nomeadamente, ser estremes e ter uma área mínima definida a nível regional, mas que nunca deverá ser inferior a 1 ha, não podendo candidatar-se os viticultores que tenham recorrido aos prémios de abandono definitivo de cultura da vinha consignados no Regulamento (CEE) n.º 2239/86, de 14 de Junho.

4.º Os requerimentos para a obtenção das licenças de plantio deverão ser feitos pelos proprietários ou seus legais representantes, dirigidos ao presidente do Instituto da Vinha e do Vinho e entregues nas direcções regionais de agricultura, no prazo de 60 dias a pós a data da publicação da presente portaria.

5.º O Instituto da Vinha e do Vinho, as comissões vitivinícolas regionais e as direcções regionais de agricultura deverão, antes da plantação, verificar se as superfícies, castas e demais condições obedecem aos requisitos legais, o que, a não se constatar, implicará a não atribuição do direito requerido.

6.º A área total estimada para as novas plantações é de cerca de 10 000 ha.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 10 de Julho de 1990.

O Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação,
Arlindo Marques da Cunha.

Portaria n.º 606/90

de 1 de Agosto

Com fundamento no disposto nos artigos 19.º a 27.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e 56.º a 61.º, 65.º a 67.º, 71.º a 76.º e 78.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88, de 3 de Agosto;

Ouvido o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, o seguinte:

1.º É criada a Zona de Caça Social da Ribeira de Cadelos (processo n.º 300 da Direcção-Geral das Florestas), situada nas freguesias de Mesquitela, Ade, Monte Perobolço, Amoreira e Castelo Mendo, concelho de Almeida, com uma área total de 4468 ha, cujos limites constam da planta anexa, de que faz parte integrante.

2.º A exploração desta zona de caça é concessionada, por tempo indeterminado, à Direcção-Geral das Florestas (DGF), que poderá delegar a administração em outras entidades, quando se verificarem as condições previstas no n.º 5 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88, de 3 de Agosto.

3.º A DGF, ou a entidade a quem esta delegar a administração da zona, fica obrigada a cumprir e fazer cumprir o plano de ordenamento e exploração cinegéticos e as disposições legais e regulamentares do exercício da caça, sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos infractores.

4.º Nesta zona de caça, o acesso dos caçadores será feito por inscrição prévia e sorteio público, ou outra forma que garanta igualdade de acessibilidade, sendo reservada uma parte das admissões para caçadores com residência registada na carta de caçador, no concelho de Almeida.

5.º A linha perimetral desta zona de caça é obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 2 definido na Portaria n.º 697/88, de 17 de Outubro, sendo aplicável em conjunto o disposto neste diploma legal e na Portaria n.º 569/89, de 22 de Julho.

6.º As propriedades que integram esta zona de caça, nos termos do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88, para efeitos de polícia e fiscalização da caça, ficam submetidas ao regime florestal, obrigando-se a concessionária a manter três guardas florestais auxiliares dotados de meio de transporte.

7.º O disposto no presente diploma não é aplicável às áreas consignadas no artigo 14.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto.

8.º As demais regras de funcionamento desta zona de caça social, após aprovação por despacho do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, serão publicadas em edital da DGF.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 6 de Julho de 1990.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação,
Álvaro dos Santos Amaro, Secretário de Estado da Agricultura.